FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Direito Comercial IV TN
8 de janeiro de 2026
Duração: 120 minutos

I

A primeira questão convoca a apreciação da suscetibilidade de tutela através do direito de patente. Em termos gerais, a solução desenvolvida pela NeuroPixel aparenta enquadrar-se, em abstrato, no conceito de invenção previsto no artigo 50.º do Código da Propriedade Industrial (CPI), desde que se trate de uma criação técnica nova, dotada de atividade inventiva e suscetível de aplicação industrial.

Todavia, a análise da patenteabilidade não pode prescindir das exclusões consagradas no artigo 51.º do CPI, que delimitam negativamente o âmbito do que pode ser protegido por patente. Em particular, a alínea d) do n.º 1 desse artigo exclui da proteção "os programas de computador, como tais, sem qualquer contributo técnico", disposição que tem sido objeto de interpretação restritiva, tanto no plano nacional como no plano europeu. Com efeito, a leitura conjugada do direito interno com a prática decisória do Instituto Europeu de Patentes aponta no sentido de que a exclusão não abrange indiscriminadamente todas as soluções implementadas por software, mas apenas aquelas que se limitam a uma formulação abstrata ou puramente lógica. Assim, quando um programa de computador produz um efeito técnico adicional, que excede a mera execução de instruções por um computador convencional, a exclusão tende a não operar.

No caso em apreço, a tecnologia desenvolvida pela NeuroPixel assenta no tratamento automatizado de imagens médicas através de algoritmos de inteligência artificial, visando obter resultados diagnósticos comparáveis aos alcançados mediante o uso de contraste. Tal solução parece incidir sobre um problema técnico concreto no domínio da imagiologia médica, sendo suscetível de produzir efeitos

técnicos adicionais e objetivamente verificáveis no funcionamento de sistemas de diagnóstico clínico. Nesta perspetiva, não se afigura evidente que a invenção se esgote num programa de computador "como tal", podendo antes ser encarada como uma solução técnica implementada por meios informáticos.

Não obstante, a eventual admissibilidade da proteção por patente dependerá sempre da verificação cumulativa dos restantes requisitos legais, nomeadamente a novidade e a atividade inventiva, cuja aferição pressupõe uma análise aprofundada do estado da técnica relevante.

A NeuroPixel poderá, assim, ponderar a apresentação de um pedido de patente junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, nos termos dos artigos 61.º e seguintes do CPI, ou, caso pretenda uma proteção territorial mais ampla, recorrer ao sistema da Patente Europeia ao abrigo da Convenção sobre a Patente Europeia. Em alternativa, ou complementarmente, poderá ser equacionada a proteção da tecnologia através do regime do segredo comercial, previsto nos artigos 313.º e seguintes do CPI. O artigo 313.º define segredo comercial como informação que seja secreta, possua valor comercial por esse facto e tenha sido objeto de diligências razoáveis para a sua manutenção em sigilo. Esta forma de tutela apresenta, em abstrato, vantagens relevantes, como a inexistência de um prazo máximo de proteção e a ausência de obrigação de divulgação pública da informação. Em contrapartida, a sua eficácia depende da adoção efetiva de medidas técnicas, organizacionais e contratuais adequadas à preservação da confidencialidade, cujo conceito de "razoabilidade" tem sido densificado pela jurisprudência, designadamente através da exigência de políticas internas de acesso à informação, cláusulas de confidencialidade e mecanismos de controlo adequados ao setor de atividade.

II

A segunda questão coloca, em termos analíticos, dois problemas distintos, embora relacionados: por um lado, a admissibilidade da oposição apresentada pela Atlântico, S.A. ao pedido de registo da marca "ATLANTIK SHOES" pela PéLeve, Lda.; por outro, a possibilidade de reação indemnizatória fundada na utilização do sinal antes da conclusão do procedimento administrativo de registo.

No que respeita à oposição, parte-se do pressuposto de que a Atlântico é titular de direitos de marca anteriormente registados, tanto a nível nacional como a nível da União Europeia, abrangendo produtos incluídos nas classes correspondentes a calçado, vestuário e artigos desportivos. A marca cujo registo é pretendido pela PéLeve destina-se igualmente a identificar calçado desportivo, o que conduz, desde logo, a uma identidade ou, pelo menos, a uma elevada afinidade de produtos. Nos termos do artigo 232.º, n.º 1, alíneas a) e b), do CPI, constitui fundamento de recusa de registo a existência de marca anterior quando, em virtude da identidade ou semelhança dos sinais e da identidade ou afinidade dos produtos ou serviços, exista risco de confusão no espírito do público relevante. A apreciação desse risco deve ser global, atendendo à perceção do consumidor médio, normalmente informado e razoavelmente atento.

A comparação dos sinais "ATLÂNTICO" e "ATLANTIK SHOES" evidencia uma proximidade assinalável nos planos fonético e conceptual. O elemento adicional "SHOES", por se limitar a descrever a natureza dos produtos, tende a apresentar fraca capacidade distintiva, podendo não ser suficiente para neutralizar o impacto do elemento "ATLANTIK", que surge como dominante no conjunto do sinal.

A identidade dos produtos reforça, em abstrato, a probabilidade de confusão ou de associação, ainda que as marcas possam ser exploradas em segmentos de mercado distintos. A segmentação comercial não constitui, por si só, critério decisivo para afastar o risco de confusão, sobretudo quando os produtos circulam nos mesmos canais de distribuição.

Caso se reconheça que a marca anterior goza de particular notoriedade ou elevado caráter distintivo como marca de prestígio, tal circunstância poderá ainda ampliar o respetivo âmbito de proteção, conforme resulta de orientação recente da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça. Nestes termos, a oposição apresentada pela Atlântico não se afigura, em abstrato, destituída de fundamento jurídico.

Quanto à utilização do sinal "ATLANTIK SHOES" antes da decisão final sobre o pedido de registo, importa sublinhar que o direito de marca confere ao seu titular o poder de impedir terceiros de usar, sem consentimento, sinais idênticos ou confundíveis para produtos idênticos ou afins, independentemente da existência de um pedido de registo pendente por parte do terceiro. Deste modo, cumpre analisar a possibilidade de recorrer ao regime das providências cautelares previsto no artigo 345.º do CPI, bem como as suas particularidades, caso a providência cautelar venha a ser posteriormente considerada injustificada — cf. artigo 343.º, n.º 3, do CPI, aplicável ex vi artigo 345.º, n.º 5, do mesmo diploma.

De modo geral, a utilização de um sinal suscetível de confusão com marca registada pode constituir uma violação do direito de exclusivo, potencialmente enquadrável no regime da responsabilidade civil por infração de direitos de propriedade industrial. O artigo 347.º do CPI prevê, a este respeito, o direito do lesado a ser indemnizado pelos danos sofridos, incluindo quer os prejuízos efetivos, quer os benefícios que deixou de obter, admitindo ainda critérios alternativos de quantificação, como a retribuição hipotética de uma licença ou a restituição dos lucros obtidos pelo infrator.